

Companhia Energética de Petrolina

CNPJ/ME nº 04.811.856/0001-06 - NIRE nº 26.300.012.294

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10/05/2022

Data, Hora e Local: Aos 10/05/2022, às 10h, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética Petrolina ("Companhia"), digitalmente, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, de modo que os votos observaram o disposto no mesmo diploma legal, tendo sido realizados mediante atuação remota dos representantes legais dos Acionistas, por meio da plataforma *Teams*.

Convocação: Os Acionistas foram devidamente convocados, conforme edital publicado no jornal Folha de Pernambuco e na página do mesmo jornal na internet na edição dos dias 27, 28 e 29/04/2022, nas páginas 15, 14 e 18 respectivamente. **Presença:** Acionistas representando percentual superior a 90% da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". **Composição Mesa:** Presidente: Andrea Guasti; e Secretário: José Alfredo de Freitas. **Ordem do Dia:** (i) Deliberar acerca da eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia e do Presidente do Conselho de Administração; e (ii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adequação ao novo Acordo de Acionistas da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, os Acionistas presentes: 1. Elegeram os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, por um prazo de 2 anos contados a partir da presente data ou até a posse de seus respectivos substitutos, a saber: **(a)** por indicação dos acionistas Fernando Aboudib Camargo e Caraiwa Participações Ltda., elege-se: **Fernando Aboudib Camargo**, brasileiro, casado, empresário, RG 164.676 SSP/SP, CPF 241.620.867-53; e, como sua suplente, **Maria Cristina Fontes**, brasileira, separada judicialmente, administradora de empresas, RG 1.125.735 SSP/ES, CPF 007.765.347-50, ambos residentes e domiciliados no Município de Vitória/ES, com endereço comercial na Rua Holdercim (anteriormente denominada Rua Um), 1.061, Bairro de Cívil II, no Município de Serra/ES, CEP 29168-020; e **João Rodrigues da Cunha Neto**, brasileiro, divorciado, advogado, RG 3.701.336 SSP/SP, CPF 538.031.248-91, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço comercial na Av. Juscelino Kubitschek, 1.830, Torres III e IV, 8º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de SP, SP, CEP 04543-900; e seu suplente, **Bernardo Capistrano Camargo**, brasileiro, casado, economista, RG 1.334.679 SSP/ES, CPF 071.537.987-90, residente e domiciliado na Av. Dante Michelini, 2097/1301, no município de Vitória/ES, CEP 29066-430; **(b)** por indicação da acionista Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., elege-se: **Evandro Luiz Coser**, brasileiro, casado, empresário, RG 212.678 SSP/ES, CPF 416.958.287-04, com endereço comercial na Av. Paulista, 925, 5º andar, Bela Vista, na Cidade de SP/SP, CEP 01311-100; e, como sua suplente, **Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem**, brasileira, casada, empresária, RG 428.646 SSP/ES, CPF 673.646.167-72, com endereço comercial na Av. Paulista, 925, 5º andar, Bela Vista, na Cidade de SP/SP, CEP 01311-100; e **Orlando Machado Júnior**, brasileiro, casado, economista, RG 7.341.188-7 SSP/SP, CPF 884.617.698-72, com endereço comercial na Av. Paulista, 925, 5º andar, Bela Vista, na Cidade de SP, SP, CEP 01311-100; e como seu suplente, **José Alfredo de Freitas**, brasileiro, separado judicialmente, contador, RG 17.505.568-3 SSP/SP, CPF 073.327.678-48, com endereço comercial na Av. Paulista, 925, 5º andar, Bela Vista, na Cidade de SP/SP, CEP 01311-100; e, **(c)** por indicação dos acionistas Antonio José Louçã Pargana e Vale do Lobo Participações Ltda., elege-se: **Andrea Guasti**, brasileiro, casado, administrador de empresas e engenheiro mecânico, RG 6.196.595 SSP/SP, CPF 012.246.498-26, residente e domiciliado na Cidade de SP, SP, com endereço comercial situado na Av. Juscelino Kubitschek, 1.830, 8º andar, Torres III e IV, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de SP/SP, CEP 04543-900, para ocupar o cargo de **Presidente do Conselho de Administração da Companhia**; e como seu suplente, **Guilherme Gomes Dias**, brasileiro, casado, economista, RG 14.352 CRE/RJ, CPF 704.861.407-25, residente e domiciliado no Município de SP/SP, com endereço comercial situado na Av. Juscelino Kubitschek, 1.830, 8º andar, Torres III e IV, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de SP/SP, CEP 04543-900; e **Antonio José Louçã Pargana**, português, casado, administrador de empresas, RG 22.281.197-3 SSP/SP, CPF 406.324.077-00, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com escritório na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.830, 8º andar, Torre II, na Cidade de SP/SP, CEP 04543-900; e como sua suplente, **Maria Das Dores Avelino Carvalho de Pina Pargana**, portuguesa, casada, médica, RG 10.993.801 SSP/SP, CPF 007.334.738-81, residente e domiciliada na Cidade de SP/SP, com endereço comercial situado na Av. Juscelino Kubitschek, 1.830, 8º andar, Torres III e IV, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de SP/SP, CEP 04543-900; e Os Membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração ora eleitos foram empossados em seus respectivos cargos, mediante a assinatura de Termo de Posse, lavrado em livro próprio, declarando não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que possam privá-los do exercício das suas funções. Ficam, ainda, ratificados todos os atos anteriormente praticados pelos Membros do Conselho de Administração da Companhia, no exercício de suas atribuições, até a presente data. 2. Aprovaram a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adequação ao novo Acordo de Acionistas, conforme Anexo I desta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os Acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia. A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Petrolina, PE, 10/05/2022. **Mesa:** **Andrea Guasti** - Presidente da Mesa; **José Alfredo de Freitas** - Secretário da Mesa. **Acionistas: Coimex Trading S.A.** - Maria Cristina Fontes e Andrea Guasti; **Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.** - Leticia Moraes Seder Souza Amaral e José Alfredo de Freitas; **Vale do Lobo Participações Ltda.** - Antonio José Louçã Pargana; **Caraiwa Participações Ltda.** - Fernando Aboudib Camargo, José Carlos Zamprogno e Maria Cristina Fontes; **Orlando Machado Júnior** - (representado por sua procuradora, Leticia Moraes Seder Souza Amaral, conforme procuração enviada previamente); **Andrea Guasti, JUCEPE** - Certifico o Registro em 23/06/2022. Arquivamento 20228991455 de 23/06/2022. Protocolo 228991455 de 21/06/2022. NIRE 26300012294. Assinado eletronicamente por Ilayne Larissa Leandro Marques - Secretária Geral. **Estatuto Social da Companhia Energética de Petrolina - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto - Artigo 1º.** A Companhia Energética de Petrolina ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Município de Petrolina/PE, no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, lotes agrícolas FS 644 e FS 645, núcleo 02, PA-1, CEP 56332-175. **§1º.** A Companhia poderá abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior por deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a geração, a comercialização e a disponibilização de energia elétrica na condição de produtor independente de energia, bem como a prestação de serviços relacionados com suas atividades. **§1º.** A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º.** O capital social da Companhia subscrito e integralizado, é de R\$ 62.018.754,51, dividido em 73.980.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo: (i) 46.237.500 ações ordinárias; e (ii) 27.742.500 ações preferenciais. **§1º.** As ações são indivisíveis e a cada ação ordinária caberá o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§2º.** As ações preferenciais não terão direito de voto nas Assembleias Gerais, ressalvadas as exceções previstas em Lei ou se a Sociedade deixar, pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus. **§3º.** As ações preferenciais nominativas são asseguradas: (i) dividendos mínimos de R\$ 0,01 por ação, a serem distribuídos anualmente; (ii) prioridade no reembolso de capital; e (iii) participação, sem restrições, nas capitalizações de lucros e de reservas. **§4º.** As vantagens enumeradas no §3º, supra, poderão ser usufruídas cumulativamente. **§5º.** Nenhuma ação poderá ser dada em penhor, caução, alienação fiduciária, nem oferecida em garantia sob qualquer forma. **§6º.** A restrição prevista no §5º acima deverá ser averbada no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, por ocasião de subscrição de ações emitidas pela Companhia. **Artigo 6º.** Toda e qualquer cessão e transferência de ações da Companhia, de direitos de subscrição ou, ainda, dos direitos políticos referentes às ações da Companhia que o acionista pretender realizar, seja direta ou indiretamente, subordina-se à observância do direito de preferência dos demais acionistas em adquirir tais ações e direitos, como regulado neste Artigo 6º e no Acordo de Acionistas da Companhia. A todos os acionistas será assegurado o direito de preferência na aquisição de ações ou de direitos de subscrição de ações da Companhia, nos termos deste Artigo 6º observado o quanto segue. **§1º.** O acionista que pretender alienar suas ações ou direitos de subscrição, no todo ou em parte, a terceiros não acionistas, a outros acionistas ou à própria Companhia deverá primeiramente comunicar ("Aviso") esse fato aos demais acionistas, por escrito e mediante protocolo, especificando os termos e condições de venda dessas ações. **§2º.** Para os efeitos do disposto neste Artigo 6º, o Aviso deverá conter: (i) a quantidade de ações ou direitos de subscrição ofertados pelos acionistas vendedores e o número máximo de ações ou direitos de subscrição que o interessado pretende adquirir; (ii) o nome do interessado na aquisição; (iii) o preço proposto para cada ação ou para cada ação relativa aos direitos de subscrição e respectiva forma de pagamento; e (iv) as demais condições da venda, tais como constantes na proposta do interessado. **§3º.** Dentro do prazo de 60 dias do recebimento do Aviso encaminhado pelo acionista ofertante, os demais acionistas deverão manifestar sua intenção de exercer seu direito de preferência para a aquisição das ações ou dos direitos de subscrição nos mesmos termos e condições estabelecidos no Aviso, na proporção de sua participação no capital social. **§4º.** As ações ou os direitos de subscrição em relação aos quais os acionistas se manifestarem pelo não exercício de seu direito de preferência ou silenciarem sobre sua intenção de exercê-lo, dentro do prazo determinado no §3º deste Artigo, serão, obrigatoriamente, oferecidos aos demais acionistas, na proporção da sua participação no capital social, que terão 30 dias, a partir do decurso do prazo previsto no §3º deste Artigo, para se manifestarem, seguindo-se a forma e o procedimento estipulados neste Artigo 6º. **§5º.** Tendo o acionista ou acionistas se manifestado no sentido de que as ações ou direitos de subscrição oferecidos nos termos do §4º deste Artigo serão por ela ou por elas adquiridos, esta ou estas acionistas deverão, no prazo de 60 dias, a partir de sua ou suas manifestações, assinar os documentos necessários refletindo a transferência de tais ações ou dos direitos de subscrição. Se neste prazo um ou mais acionistas deixar de assinar ditos documentos, aplicar-se-ão automaticamente as disposições contidas no §6º deste Artigo. **§6º.** Expirando-se os prazos fixados nos Parágrafos anteriores e não tendo sido adquiridas as ações ou os direitos de subscrição oferecidos, na conformidade do disposto neste Artigo, o acionista poderá alienar as ações ou os direitos de subscrição objeto do aviso, nas mesmas condições transcritas no Aviso. Conforme disposto no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, na eventualidade de a alienação não se concluir no prazo seguinte de 60 dias, contado a partir do prazo fixado no §5º deste Artigo, ou se o acionista ofertante desejar dispor das ações ou direitos de subscrição em condições diferentes daquelas originalmente informadas aos demais acionistas, o procedimento indicado nos Parágrafos anteriores deverá ser novamente observado, e assim sucessivamente até que todas as ações ou os direitos de subscrição sejam vendidos, cedidos ou transferidos, em conformidade com a intenção de seu proprietário. **§7º.** Toda e qualquer venda, cessão ou transferência de ações ou de direitos de subscrição, realizadas em inobservância ao disposto neste Artigo 6º, será considerada nula de pleno direito e sem qualquer efeito, e a CEP não efetivará nos respectivos registros nos Livros da Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. **§1º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os acionistas. **§2º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por acionista que a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá a pessoa para secretariá-la. **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei nº 6.404/1976, e alterações, e no Artigo 9º, abaixo, serão tomadas por maioria absoluta de votos. **Artigo 9º.** O quórum de instalação e deliberação das Assembleias Gerais é de 90% dos votos afirmativos e presentes calculados, sempre, sobre o total das ações que compõem o capital total votante da CEP nas ASSEMBLEIAS GERAIS, com relação às matérias a seguir relacionadas: (i) aumento ou redução do capital social da Companhia; (ii) emissão de debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição, ou qualquer outro título mobiliário pela Companhia; (iii) determinação do preço de emissão, pela Companhia, de novas ações; (iv) forma de representação da Companhia; (v) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou autofalência da Companhia; (vi) participação em outras empresas como acionista ou sócio, grupo de sociedades ou consórcios de qualquer natureza, bem como sua cisão, fusão e incorporação; (vii) celebração, em um período de 12 meses, de contratos de qualquer natureza pela Companhia de valor unitário, ou combinado, quando houver partes idênticas ou do mesmo grupo econômico no outro polo da relação obrigacional, ou de uma série de contratos que tratem de uma mesma operação, cujo somatório seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00; (viii) celebração de contratos de qualquer natureza pela Companhia com os acionistas, sociedades controladas e sociedades ligadas, qualquer que seja o valor; (ix) participação em outros empreendimentos; (x) aquisição ou alienação de participações societárias detidas pela Companhia no capital de qualquer sociedade; (xi) aprovação dos orçamentos anual e plurianual de investimentos da Companhia; (xii) destinação do resultado do exercício e pagamento de dividendos intermediários;

(xiii) alteração da política de dividendos; (xiv) criação, venda ou dissolução de sociedades controladas; (xv) transformação da Companhia em qualquer outro tipo de sociedade; (xvi) alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00; (xvii) investimentos em negócios estranhos ao objeto social da Companhia; (xviii) suspensão de quaisquer atividades da Companhia; (xix) aprovação de investimentos, financiamentos, empréstimos ou outros contratos de crédito, aquisição, transferência ou leasing de ativos em uma operação ou em uma série de operações, não previstos nos orçamentos anual e plurianual da Companhia em valor superior a R\$ 50.000,00; (xx) prestação de avais, fianças ou outras garantias pela Companhia; (xxi) aprovação do regimento interno e da política salarial; (xxii) escolha e destituição dos auditores independentes; (xxiii) qualquer modificação do Estatuto Social da Companhia; (xxiv) dissolução ou liquidação da Companhia; (xxv) eleição, destituição e fixação de atribuições dos membros do Conselho de Administração, bem como a fixação da remuneração dos administradores da Companhia, nos termos deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas; (xxvi) aprovação do exercício de voto em Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração de sociedades das quais a Companhia participa; e (xxvii) criação de ações preferenciais ou aumento de classes existentes, em caso aplicável; alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de classe de ações mais favorecida, caso aplicável. **Artigo 10.** Os acionistas presentes se identificarão e assinarão o "Livro de Presenças de Acionistas". **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Artigo 12.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração" e "Livro de Atas de Reuniões da Diretoria", respectivamente, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 13.** A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração pode ser fixada de forma individual para cada administrador ou de forma global, sendo neste caso distribuída conforme deliberação do Conselho de Administração. **Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 14.** O Conselho de Administração da Companhia será composto por 6 membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral e com mandato de 2 anos, cujo prazo de gestão se estenderá até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 15.** Os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes serão indicados pelos acionistas, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, e tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse. **§1º.** No caso de vacância, decorrente de falecimento, renúncia ou destituição do cargo de membro do Conselho de Administração, o acionista a quem compete sua indicação indicará seu substituto nos 30 dias subsequentes, podendo demandar dos demais acionistas que tomem prontamente as providências necessárias para a convocação e realização da Assembleia Geral que formalizará a eleição nos 30 dias subsequentes à indicação, sendo que, no caso de destituição, o acionista poderá requerer aos demais acionistas que elejam o conselheiro substituído na mesma Assembleia Geral que houver destituído o conselheiro. Caso o acionista respectivo deixe de indicar o seu substituto no prazo previsto, qualquer dos demais acionistas ou membro do Conselho de Administração poderá convocar a respectiva Assembleia Geral para que a indicação do substituto seja realizada pelo acionista a quem essa indicação competir. **Artigo 16.** O Presidente do Conselho de Administração será escolhido por parte dos acionistas por meio de um sistema de rodízio, observados os termos do Acordo de Acionistas da Companhia. **§1º.** Os acionistas se obrigam a, mediante solicitação de qualquer acionista, determinar a convocação de Assembleia Geral, para o fim de destituição e/ou substituição de qualquer dos membros do Conselho de Administração ou de seus suplentes. **Artigo 17.** As reuniões do Conselho de Administração devem ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por pelo menos 2 membros do próprio Conselho de Administração, mediante convocação escrita, contendo, local, data, hora da reunião e a ordem do dia. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com no mínimo 3 dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Artigo 18.** Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas neste Estatuto Social: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) definir a política econômico-financeira da Companhia estabelecendo programas gerais para a Diretoria. (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; (iv) manifestar-se sobre os relatórios e as contas da Diretoria, bem como tomar conhecimento dos Pareceres do Conselho Fiscal, quando em funcionamento; (v) opinar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo da Companhia de valor individual igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00; (vi) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o Estatuto assim o exigir, inclusive sobre assinaturas de contratos, assunção de obrigações ou contratação de empréstimos em valores iguais ou inferiores a R\$ 1.000.000,00 por ano, e suas respectivas alterações; (vii) autorizar a concessão de empréstimos e a outorga de garantias, a qualquer título, em valores iguais ou inferiores a R\$ 1.000.000,00 por ano, e alterações de suas respectivas condições; (viii) opinar sobre os investimentos a serem efetuados pela Companhia; (ix) propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação dos resultados sociais; (x) propor à Assembleia Geral a abertura do capital da Companhia; (xi) propor à Assembleia Geral a fusão ou incorporação da Companhia em outras sociedades, bem como sua transformação ou cisão; (xii) convocar Assembleias Gerais e exercer as demais atribuições previstas em Lei, nos casos em que este Estatuto for omissivo; e (xiii) declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, sempre nos limites deste Estatuto e da legislação aplicável. **Artigo 19.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros, exceto com relação às matérias a seguir relacionadas, que somente serão aprovadas pelo voto favorável de todos os Conselheiros ou respectivos suplentes: (i) aprovação de orçamentos, plano anual de negócios, contas da Diretoria, valores de contribuição e seu cronograma; (ii) celebração de qualquer ato vinculado ou contrato ou série de contratos ou atos que constituam uma mesma operação cujos valores excedam (a) individualmente, R\$ 100.000,00; ou (b) conjuntamente, R\$ 500.000,00, exceção feita aos atos ou contratos previstos no orçamento e no plano anual de negócios; (iii) proposta à Assembleia Geral de quaisquer alterações do Estatuto Social, inclusive alterações referentes à composição do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como quórum de aprovação de suas respectivas matérias; (iv) proposta à Assembleia Geral da dissolução da Companhia; (v) eleição e destituição dos Diretores e a fixação de suas remunerações; (vi) aprovação de planos de concessão de bônus ou participações de lucros aos empregados e suas alterações; (vii) abertura de filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e/ou exterior; (viii) celebração de contratos, exceto os contratos de natureza trabalhista, com administradores da Companhia e/ou sociedades em que quaisquer dos administradores da Companhia participem. **Capítulo VI - Diretoria - Artigo 20.** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 21.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 e no máximo 4 membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo 1 designado Diretor-Presidente, 1 Diretor Técnico e 2 Diretores sem designação específica. **§1º.** Compete ao Diretor-Presidente: (i) propor ao Conselho de Administração alteração na composição da Diretoria; (ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o regimento interno da Companhia, os planos de trabalho e orçamento anuais e plurianuais, os planos de investimentos e os programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados; (iii) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; e (iv) coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões. **§2º.** Compete aos Diretores sem designação específica: (i) executar e fazer executar a política financeira da Companhia; (ii) responder e coordenar a contratação de operações de financiamento estruturadas ou não; (iii) responder e coordenar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e internacionais; e (iv) controlar ativos e passivos, divulgando relatório mensal à Diretoria sobre a situação financeira da Companhia. **§3º.** Compete ao Diretor Técnico coordenar as atividades relacionadas à geração de energia pela Companhia. **§4º.** A Diretoria da Companhia deverá elaborar relatórios de desempenho de suas atividades e fornecer cópia das procurações que foram outorgadas, enviando-os ao Conselho de Administração, na forma e periodicidade por este indicadas. **§5º.** Os Diretores terão mandato de 2 anos, facultada a reeleição a critério do Conselho de Administração. O prazo de gestão da Diretoria se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Artigo 22.** A Companhia se obriga validamente mediante a assinatura de: (i) dois Diretores em conjunto; (ii) um Diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) dois procuradores em conjunto com poderes especiais. **§1º.** A nomeação de mandatários com poderes "ad judicia", com ou sem prazo determinado, e com poderes "ad negocia", sempre com finalidades expressamente declaradas e prazo máximo estipulado, competirá aos Diretores, sempre em conjunto de dois. **§2º.** Obedecidas as demais formalidades previstas neste Estatuto, a prestação de fianças e avais a sociedades coligadas, entendidas estas últimas como as sociedades em que há participação direta ou indireta de uma sociedade em outra em pelo menos 20% do capital social de outra, sem controlá-la, a assinatura de escrituras públicas ou particulares de garantia hipotecária, fiduciária, pignoratícia ou cedular, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de garantias em favor de terceiros, bem como a assunção de obrigações de fiel depositário e outras afins ou similares, caberão a dois Diretores, sempre em conjunto, mediante prévia e expressa autorização do órgão competente para deliberar quanto ao negócio. **§3º.** A representação da Companhia, enquanto sócia, acionista ou quotista de qualquer outra Companhia, far-se-á mediante a assinatura de 2 Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor-Presidente. **Artigo 23.** Fica expressamente proibido aos Diretores o uso da denominação social em negócios e documentos alheios ou estranhos aos interesses da Companhia. **Capítulo VII - Conselho Fiscal - Artigo 24.** O Conselho Fiscal terá seu funcionamento em caráter não permanente e somente será eleito e instalado a pedido dos acionistas ou nos casos previstos em lei, tendo sua composição, competência, responsabilidades e deveres previstos nos termos da lei. **Capítulo VIII - Exercício Social e Lucros - Artigo 25.** O exercício social terá início em 01 de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 26.** O Balanço Geral, a Demonstração de Lucros e Perdas e as demais Demonstrações Financeiras exigidas pela Lei serão encerradas regularmente ao final de cada exercício social, podendo, no entanto, serem levantados balanços e elaboradas demonstrações financeiras intermediárias, a critério do Conselho de Administração, para atender aos interesses dos negócios sociais e à legislação aplicável. **§1º.** Os dividendos distribuídos nos termos deste Artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 27.** A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **§1º.** A remuneração paga nos termos deste Artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Artigo 28.** Do lucro líquido do exercício, 5% será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social, e o saldo remanescente será integralmente destinado à distribuição para os acionistas, a não ser que outra destinação seja atribuída pela Assembleia Geral. **§1º.** Os dividendos atribuídos não vencerão juros e, caso não sejam reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverterão em benefício da Companhia. **Capítulo IX - Liquidação da Companhia - Artigo 29.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos e na forma prevista em Lei, competindo à Assembleia Geral eleger o(s) liquidante(s) e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X - Disposições Finais e Transitórias - Artigo 30.** O valor de reembolso das ações de eventuais acionistas dissidentes será estipulado com base no valor econômico da Companhia, a ser apurado em avaliação, nos termos da lei aplicável. **Artigo 31.** Toda e qualquer alteração do Contrato de Suprimento de Energia nº PIE. 019.02-0, firmado pela Companhia e a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, em 11/01/2002 (o "PPA"), somente poderá ser concretizada mediante deliberação da Assembleia Geral que atenda ao quórum previsto no Artigo 9 deste Estatuto Social. **Artigo 32.** Os casos omissos serão regulados pela legislação aplicável. **Artigo 33.** Quaisquer controvérsias e impasses relativos a este Estatuto Social serão resolvidos por arbitragem a ser conduzida pela CAMARB - Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil ("Centro de Arbitragem"), nos termos seguintes: (i) qualquer dos acionistas poderá notificar o Centro de Arbitragem para instauração de arbitragem após 15 dias contados de notificação de um acionista ao outro acionista ou demais acionistas, conforme o caso, informando-o que ele iniciará arbitragem junto ao Centro de Arbitragem caso não haja acordo dentro deste prazo; (ii) o tribunal arbitral será composto por 3 árbitros, um indicado por cada parte, e o terceiro indicado nos termos das normas do Centro de Arbitragem; (iii) a arbitragem será conduzida em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pelo Centro de Arbitragem e obedecerá às normas do Centro de Arbitragem; (iv) pelo fato de terem optado pela resolução de controvérsias oriundas deste Estatuto Social por arbitragem, os acionistas renunciam a propor medidas judiciais, podendo os acionistas, no entanto, propor medidas judiciais acatulatorias de seus direitos a qualquer tempo, bem como medida de execução do laudo arbitral, ficando eleito para tanto o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG; e (v) os honorários advocatícios serão pagos por cada acionista e as despesas da arbitragem e os honorários dos árbitros serão suportados pelo acionista perdedor.

A HORA DO MUÇÃO
Seg. a sex. às 17h

Só AQUI!

RAPAI, DEIXE DE FULERAGI E VÁ OUVIR MEU PROGRAMA!



CLUBE FM: A PREFERIDA DOS PERNAMBUCANOS!

Clube 99.1 fm




COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE submete à apreciação de V. Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

Iniciamos o ano de 2021 com otimismo em relação à recuperação da atividade econômica nacional e global, depois da forte queda ocorrida em 2020. Nossas estimativas eram de um crescimento baixo, considerando o ritmo lento das ações para o controle da pandemia, o qual a demora no processo de vacinação ampla da população enuncia que a crise sanitária poderia se arrastar por mais tempo e, consequentemente, causaria impactos adicionais à economia, retardando a esperada recuperação.

Neste cenário volátil e incerto, enfrentamos outros fatores conjunturais: inflação, desemprego, câmbio, rupturas de cadeias produtivas que resultaram em falta de alguns componentes e produtos, aumento dos preços da energia, elevação dos preços nos fretes marítimos, aumento do preço das commodities em geral, entre outros, que, ao longo do ano, trouxeram mais tensão e volatilidade ao ambiente fragilizado da economia.

Não obstante, no tocante aos resultados do negócio, desde o início da pandemia, a dinâmica observada foi mais favorável comparativamente a outros segmentos. Como produtores de matérias-primas para as indústrias de artigos considerados essenciais (bebidas, alimentos, higiene, limpeza e produtos farmacêuticos), experimentamos crescimento na demanda de resinas de PET-polietileno tereftalato.

Na indústria petroquímica, se observou um aumento dos spreads de preços durante todo ano de 2021, atingindo patamares acima da média histórica dos últimos anos.

Nesse contexto positivo para o segmento, a Companhia encerrou o ano de 2021 com uma vigorosa performance, acima da expectativa, sendo o melhor resultado desde que a Alpek Polyester assumiu a gestão e controle do negócio no Brasil (maio de 2018).

O portfólio de produtos da CITEPE está direcionado para cadeias produtivas da indústria de alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza, farmacêuticos e a indústria têxtil, que se posicionam entre os maiores empregadores na indústria de transformação.

Negócio de resinas PET – polietileno tereftalato – é o principal produto da CITEPE, com consumo predominante na indústria de bebidas não alcoólicas (água engarrafada, refrigerantes, concentrados, sucos, chás, bebidas esportivas e energéticas), embalagens de alimentos, produtos de higiene e limpeza, farmacêuticos e cuidados pessoais. Em 2021, aumentamos o volume de vendas, tanto no mercado interno quanto nas exportações.

Negócio de filamentos texturizados de poliéster: As vendas nacionais de filamentos texturizados de poliéster – DTY para a indústria têxtil foi ligeiramente superior aos volumes comercializados em anos anteriores. O maior obstáculo para o aumento da produção local de filamentos segue sendo as vantagens fiscais ao importador, sobretudo das importações provenientes da Ásia, em detrimento da indústria brasileira, que tem capacidade para atender mais da metade da demanda interna da indústria têxtil e tem atuado com capacidade ociosa nos últimos anos. Nossos produtos neste segmento oferecem inúmeras vantagens reconhecidas pelos clientes como a qualidade, os serviços logísticos, a facilidade de crédito e assistência. O volume de importações segue crescente e, no período, ultrapassou as 200 mil toneladas.

Em 2021, a Companhia avançou com os temas da agenda ESG, buscando incorporá-los aos processos de negócios e de tomada de decisões. Dessa forma, foram estabelecidos plano de trabalho, metas e compromissos, inseridos no sistema de gestão integrado e no plano estratégico de longo prazo, que se materializará nos próximos exercícios, com destaque para a economia circular - restauradora e regenerativa. Ademais, estão previstos investimentos em energia renovável e em soluções relacionadas a ampliar a oferta de reciclados r-PET.

No campo da inovação, seguimos incentivando nossas equipes a repensar processos, criar e inovar, reconhecendo que a inovação é uma necessidade real para o sucesso do negócio. De forma recorrente, seguimos monitoramos as tendências futuras e atuamos para atender as necessidades dos clientes, compartilhando conhecimentos entre as equipes e adotando as melhores práticas globais em nossas operações.

No período, realizamos investimentos superiores a R\$ 15 milhões nos ativos existentes para melhoria da eficiência operativa e em projetos de melhoria de processos.

Os resultados alcançados refletem a capacidade de adaptação dos nossos colaboradores ao contexto, à cultura de excelência e alta performance, e à crescente preparação e autoenvolvimento para lidar com ambientes desafiadores e cambiantes. Este modelo de atuação foca na identificação de oportunidades de transformação dos negócios, atendendo, simultaneamente, nossos compromissos com os principais públicos de interesse, sobretudo clientes, acionistas, fornecedores e sociedade.

A ALPEK atua em dois segmentos de negócios: **Cadeia de Poliéster**, através da "Alpek Polyester", e **Plásticos & Químicos** (polipropileno, poliestireno, caprolactama e outras especialidades químicas). A ALPEK opera 28 plantas distribuídas nos Estados Unidos, México, Canadá, Brasil, Argentina e UK e tem mais de 6.000 colaboradores. É uma empresa petroquímica de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores do México.

A CITEPE é produtora da resina de polietileno-tereftalato (PET), polímero poliéster termoplástico e de filamentos texturizados de poliéster (DTY). O PET é produzido industrialmente por esterificação direta do ácido tereftalato purificado (PTA) com o mono etileno glicol (MEG). A resina PET é utilizada em embalagens de garrafas para bebidas (refrigerantes, águas, sucos etc.), além de várias outras aplicações, sendo encontrada em diversos segmentos de consumo. O filamento texturizado de poliéster é usado na indústria têxtil, sendo o seu consumo crescente no país e no mundo, em relação às fibras naturais.

Resultados financeiros

Receita de Vendas

As vendas totais da CITEPE em 2021 proporcionaram uma receita líquida de R\$ 2.885 milhões, 75% superior à do exercício de 2020 (R\$ 1.651 milhão). O acréscimo correlaciona-se ao aumento no volume de vendas tanto no segmento de resina PET como também em filamentos texturizados de poliéster DTY e, sobretudo, à elevação de preços referenciais, favorecendo a melhora significativa dos resultados.

	2021			2020		
	Receita Líquida (R\$ milhões)	%	Δ%	Receita Líquida (R\$ milhões)	%	
PET	2.550	88	77	1.443	87	
Filamentos	335	12	61	208	13	
	2.885		75	1.651		

Custo das Vendas

O Custo do Produto Vendido (CPV) da CITEPE em 2021 foi de R\$ 2.340 milhões, 63% superior ao ano anterior (R\$1.438 milhão), mantendo-se em linha quando comparado à Receita, e beneficiado pelo desempenho operacional.

Despesas Operacionais

Em 2021, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas e Outras Despesas Operacionais) foram de R\$ 304 milhões em relação aos R\$ 72 milhões de 2020. O principal efeito está relacionado à reversão de valor na recuperação de ativos realizada no exercício, no valor de R\$ 340 milhões.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais - R\$)								DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em R\$)							
ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTES	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	2021	2020		2021	2020	
CIRCULANTES								RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	2.885.336	1.650.685	Receitas financeiras	6.078	3.960	
Caixa e equivalentes de caixa	4	250.075	292.620	Fornecedores	12	971.846	467.661	CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	(2.339.862)	(1.437.830)	Despesas financeiras	(22.114)	(7.955)	
Contas a receber de clientes	6	503.544	265.786	Valores a pagar de arrendamento	13	7.556	5.972	LUCRO BRUTO		<u>545.474</u>	<u>212.855</u>	Variações monetárias e cambiais, líquidas	34.376	52.316	
Estoques	7	558.310	298.684	Obrigações com pessoal e encargos trabalhistas		2.131	1.870	RESULTADO FINANCEIRO	21			18.340	48.321		
Impostos a recuperar - CP	8	142.865	188.610	Impostos e contribuições a recolher		19.539	3.478	LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO				868.265	189.482		
Despesas antecipadas		5.720	7.304	Dividendos a pagar	17.d	7.941	45.002	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	22			(32.404)	-		
Outros créditos - CP	9	3.817	1.520	Outras contas a pagar - CP	14	5.033	29.829	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				<u>835.861</u>	<u>189.482</u>		
Partes relacionadas	15	<u>6.068</u>	<u>5.428</u>	Outras contas a pagar - D		<u>16.077</u>	<u>2.701</u>	LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	17.c			<u>0,27</u>	<u>0,06</u>		
Total dos ativos circulantes		<u>1.470.398</u>	<u>1.059.952</u>	Total dos passivos circulantes		<u>1.030.123</u>	<u>556.513</u>	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)							
Aplicações financeiras	5	382.223	-	Valores a pagar de arrendamento	13	67.095	-	LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO		835.861	189.482	Outros resultados abrangentes	-	-	
Contas a receber de clientes - LP	6	70	70	Outras contas a pagar	14	122	-	RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>835.861</u>	<u>189.482</u>	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Estoques - LP	7	6.780	6.746	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	<u>18.363</u>	<u>16.592</u>								
Impostos a recuperar - LP	8	94.893	52.339	Total dos passivos não circulantes		<u>85.580</u>	<u>16.592</u>								
Outros créditos - LP	9	23.078	16.993	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17										
Imobilizado	10	799.196	473.046	Capital social		896.299	896.299								
Intangível		558	788	Reservas de lucros		<u>839.260</u>	<u>146.354</u>								
Ativo de direito de uso	11	<u>74.066</u>	<u>5.824</u>	Total do patrimônio líquido		1.735.559	1.042.653								
Total dos ativos não circulantes		1.380.864	555.806	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.851.262</u>	<u>1.615.758</u>								
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.851.262</u>	<u>1.615.758</u>	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)															
	Nota explicativa	2021	2020		2021	2020		2021	2020		2021	2020		2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				(Aumento) redução nos ativos operacionais:	436.572	157.123	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				(397.649)	(5.898)			
Lucro líquido do exercício		835.861	189.482	Contas a receber de clientes	(228.623)	63.765	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO								
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				Estoques	(246.382)	(50.416)	Pagamento de parcelas de arrendamento				13	(12.540)	(12.945)		
Depreciação e amortização				Impostos a recuperar	57.317	13.496	Pagamento de dividendos				17.d	(180.014)	(181.590)		
Variáveis cambiais e monetárias líquidas				Despesas antecipadas	1.584	131	Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento (REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
Juros sobre arrendamento				Partes relacionadas	12.736	(8.620)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				4	292.620	222.283		
Constituição (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa				Outros créditos	(3.684)	(641)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício				4	250.075	292.620		
Recuperação de PIS e COFINS - Exclusão de ICMS na base de cálculo	19 e 20	16.680	22.878	Ativos de direito de uso			(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
Reversão de perda estimada na recuperação de ativos				Aumento (redução) nos passivos operacionais:											
Baixa do imobilizado	10	<u>10.237</u>	<u>853</u>	Fornecedores	523.795	86.445	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
				Obrigações e encargos trabalhistas	261	108									
				Impostos e contribuições a recolher	16.062	1.742									
				Outras contas a pagar	(21.980)	7.637									
				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>547.658</u>	<u>270.770</u>									
				FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO											
				Aplicação Financeira - longo prazo	(382.223)	-									
				Adições ao imobilizado e intangível	(15.426)	(5.898)									

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)							
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		896.299	1.866	151.008	-	21.725	1.070.898
Pagamento dividendos adicionais propostos (R\$0,057 por ação)	17.d	-	-	-	-	(21.725)	(21.725)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	189.482	-	189.482
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	17.b	-	9.474	-	(9.474)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,015 por ação)	17.d	-	-	-	(45.002)	-	(45.002)
Constituição de reserva de lucros retidos	17.b	-	-	135.006	(135.006)	-	-
Dividendos adicionais (R\$ 0,1685 por ação)	17.d	-	-	(151.000)	-	-	(151.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		896.299	11.340	135.014	-	-	1.042.653
Pagamento dividendos adicionais propostos (R\$0,044 por ação)	17.d	-	-	(135.014)	-	-	(135.014)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	835.861	-	835.861
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	17.b	-	41.793	-	(41.793)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,0026 por ação)	17.d	-	-	-	(7.941)	-	(7.941)
Constituição de reserva de lucros retidos	17.b	-	-	786.127	(786.127)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		896.299	53.133	786.127	-	-	1.735.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conteúdo produzido pelo jornal Diário de Pernambuco S/A. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site

<https://publicidadelegaldp.com.br/20220629/>

COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - Citepe ("Citepe" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, domiciliada na cidade de Ipojuca, Estado do Pernambuco, e tem por objeto social a produção e a comercialização de filamentos contínuos de poliéster ("POY") e politereftalato de etileno ("PET") e de produtos correlatos. A Citepe tem como controladora e "holding" a Alfa, S.A.B. de C.V. ("Controladora" ou "Alfa"), com sede no México.

A Citepe, com a Companhia Petroquímica de Pernambuco ("PetroquímicaSuape"), integra o Complexo Industrial Químico-Têxtil ("Complexo" ou "PQS"). A produção de ácido tereftálico purificado ("PTA") pela PetroquímicaSuape é matéria-prima para a produção de poliéster grau têxtil (POY) e texturizados e poliéster grau garrafa (PET) pela Citepe.

PANDEMIA DE COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. Contudo, até o presente momento a Companhia não identificou impactos significativos, que comprometam o seu plano de negócios e operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para conclusão, emissão e divulgação destas demonstrações financeiras foi realizada pela Administração da Companhia em 28 de abril de 2022.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "moeda funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ao custo amortizado; (b) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, correspondem a ativos financeiros mantidos com o fim de recebimento de fluxo de caixa contratuais, sendo estes derivativos exclusivamente de pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No caso da Companhia referem-se às contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham afetado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de cliente

São registradas com base nos valores nominais desses créditos, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data das demonstrações financeiras, ajustadas por provisões para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base na avaliação individual dos devedores quanto à possibilidade de liquidação, na experiência passada, negociações em andamento e projeções futuras.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de longo prazo, como investimento ou outros fins. Estão sujeitos a um risco de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5.2. Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.6. Estoques

São demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método

de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7. Impostos a recuperar

São representados por créditos oriundos, principalmente, de transações de compra de insumos para produção, consumo e de ativo imobilizado e estão apresentados ao custo, que não excede ao valor de realização (nota explicativa nº 8).

2.8. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (se aplicável).

A depreciação ou amortização dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25 a 45
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	20 a 30
Móveis e utensílios	10
Telecomunicações e informática	5 a 10
Ferramentas	10

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível para identificar se existem indicadores de perda. A Companhia efetua o teste de "impairment" anualmente, ou quando existe um indicativo de desvalorização.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa - UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço.

2.10. Ativo de direito de uso

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. Reconhecendo um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistêmica é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento, sendo subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado. Os ativos de direito de uso são amortizados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. A amortização começa na data de início do arrendamento.

2.11. Provisões

2.11.1. Geral

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

2.11.2. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.12. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.13. Lucro líquido básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média ponderada das ações disponíveis no exercício social findo na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais com potencial de diluição.

2.14. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A Companhia, em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes, considera se os critérios para a contabilização foram ou não atendidos. São definidos pela norma as seguintes etapas:

- A identificação do contrato com o cliente.
- A identificação das obrigações de desempenho.
- A determinação do preço de transação.
- A alocação do preço da transação.
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Avaliando os aspectos acima descritos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia espera ter direito no momento em que conclui a transferência de controle de bens ou serviços e satisfaz todas as obrigações performance previstas nos contratos junto a seus clientes.

As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados, deduzindo de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais.

2.15. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de aplicações financeiras temporárias oriundas de empréstimos estão deduzidas do custo dos juros capitalizáveis.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através da taxa efetiva de juros. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.16. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240 a.a. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

2.17. ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente.

2.18. Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

a) CPCs/IFRSs vigentes em 2021

As novas normas ou alterações a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2021

[CPC 06 \(R2\)](#), [CPC 11](#), [CPC 38](#), [CPC 40 \(R1\)](#) e [CPC 48](#)

Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída por uma taxa quase livre de risco. As mudanças englobam: (a) Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado; (b) Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de "hedge", sem que o relacionamento de "hedge" seja descontinuado; e (c) Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como "hedge" de um componente de risco.

Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: As alterações prevêm concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

a)CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios.

Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 na IFRS 4 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 for-



Conteúdo produzido pelo jornal [Diário de Pernambuco](#) S/A. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site

<https://publicidadelegaldp.com.br/20220629/>

COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

As notas contábeis não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Aplicações financeiras	183.968	260.383	Outros	25.013	18.697
Total	250.075	292.620	Adiantamento a fornecedores	5.153	6.973
			Total	565.090	305.430
			Circulante	558.310	298.684
			Não circulante (*)	6.780	6.746
			Total	565.090	305.430

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que todas as alterações terão na prática atual, mas não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto com alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(*)O saldo classificado como não circulante refere-se a estoque de embalagem, cuja utilização interna só é possível com a finalização do projeto da planta de fiação. Anualmente, a Companhia avalia, através de laudo técnico, as condições de uso dessas embalagens. Os referidos laudos constatam que o material apresenta resistência adequada e está apto ao uso.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

O gerenciamento de risco é fundamental para a otimização da utilização do capital da Companhia, que está exposta aos seguintes riscos advindos da contratação de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez.

- Risco de mercado.

- Risco de crédito.

- Risco de gerenciamento de capital.

Em 2021 a aplicação financeira mantida no exterior foi transferida para o longo prazo tendo em vista a não previsão de utilização de seus recursos monetários em 2022 (nota explicativa nº 05).

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito. Os rendimentos estão vinculados a um percentual do CDI com taxa média anual de remuneração de 68,5% em 2021 (87,9% em 2020), a partir do prazo de permanência dos recursos na aplicação.

Adicionalmente, parte dos estoques de produto acabado e matérias-primas está em poder de terceiros (armazenagem externa). Com exceção do estoque de produtos acabados, a decisão de estocagem externa de matéria-prima (MEG - monoetileno glicol) faz parte da concepção do projeto, tendo em vista o espaço físico da planta, logística de abastecimento e custo.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a mensuração e gerenciamento de risco e, ainda, o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia na Administração de sua liquidez é a de garantir o cumprimento de suas obrigações vincendas, sob condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, a Companhia monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais.

Rating	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020
		Em USD	Em R\$	
Aplicações financeiras – no exterior	Dezembro/23	68.500	382.223	---
Total		68.500	382.223	---
Não circulante		68.500	382.223	---

A Companhia possui recursos aplicados em fundos de investimentos no exterior em dólar americano, a qual os rendimentos estão atrelados a Libor 3 meses, adicionado spread com variação de acordo com os montantes aplicados, enquadrando-se entre 0,60% a 1,00% a.a. Adicionalmente, a Companhia não pretende utilizar o saldo ao longo de 2022.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

b) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) decorrentes de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros.

	31/12/2021	31/12/2020
Cientes no país	387.257	136.258
Cientes partes relacionadas	21.185	41.081
Cientes no exterior	99.189	94.482
Subtotal	507.631	271.821
Perdas com provisão de crédito esperado	(4.017)	(5.965)
Total	503.614	265.856
Circulante	503.544	265.786
Não circulante	70	70

Risco de taxas de câmbio

Esse risco está atrelado à flutuação das taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por clientes, fornecedores e equivalentes de caixa.

	31/12/2021	31/12/2020
Até 15 dias	-	1.444
De 16 a 30 dias	879	-
De 60 a 90 dias	-	1.164
Acima de 90 dias	4.974	10.531
Total	507.631	271.821

c) Risco de crédito

Advém da possibilidade de perdas resultantes do não recebimento das vendas realizadas aos clientes, em função da incapacidade financeira destes, e, ainda, do risco atrelado aos montantes aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. A forma como a Companhia monitora e mitiga esse risco está apresentada na nota explicativa nº 23.

A movimentação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa encontra-se demonstrada a seguir:

d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital, de forma a assegurar a continuidade do empreendimento e, se necessário, complementar sua participação através da integralização de capital.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	10.667
(-) Reversão	(4.702)	(4.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	5.965
(-) Reversão	(1.948)	(1.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.017	4.017

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.050	1.769
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.995	3.115
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	224.336	228.908
Outros	6.377	7.157
Total	237.758	240.949
Circulante	142.865	188.610
Não circulante	94.893	52.339
Total	237.758	240.949

Em 2021, a Companhia obteve decisão judicial favorável e definitiva acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS e reconheceu o montante de R\$58.824, registrado no ativo não circulante como impostos e contribuições. O reconhecimento dos créditos como ativo atende ao pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, por ser praticamente certa a entrada de benefício econômico para a companhia, uma vez que: (i) a decisão transitada em julgado em 2021 se constitui um direito que deixou de ser contingente na data dessa decisão. O ganho líquido no resultado registrado em 2021 foi de R\$58.824, sendo R\$54.126 de recuperação de tributos em outras receitas operacionais, R\$4.698 de atualização monetária no resultado financeiro

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Indenização Petrobras (a)	17.767	16.278
Outros	9.128	2.235
Total	26.895	18.513
Circulante	3.817	1.520
Não circulante	23.078	16.993
Total	26.895	18.513

a) O principal valor registrado a título de Indenização Petrobras, refere-se principalmente a processos fiscais e trabalhistas e, principalmente, cobrança de imposto sobre o serviço de qualquer natureza - ISS. Com base no extrato de cobrança emitido pela Prefeitura foi constituída provisão referente a obrigação tributária atualizada até aquela data no montante de R\$12.665 (R\$11.933 até 31 de dezembro de 2020).

Tendo em vista acordo de compra e venda da Companhia, que prevê que a antiga controladora é responsável pelos processos até a data da venda, a provisão foi constituída no passivo (ver nota explicativa nº 16) em contrapartida de ativo a receber da Petrobras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	11	11
Bancos conta movimento	66.096	32.226
Produtos acabados	249.270	113.629
Produtos em elaboração	11.534	7.732
Matérias-primas	233.718	135.726
Produtos químicos e embalagens	40.402	22.673

10. IMOBILIZADO

	Imobilizado em uso						Imobilizado em andamento			Total	
	Terrenos	Edificações Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instal. Indust.	Móveis e utensílios	Telecomunicações e Informática	Outros	Perda estimada na recuperação	Obras	Equipamentos		Perda estimada na recuperação
Saldo em 01 de janeiro de 2020	971	2.186.150	1.134.438	3.544	5.392	13.013	(2.885.668)	90.733	338.473	(399.892)	487.154
Adições	-	1	-	-	6	1.532	-	3.868	(331)	-	5.076
Transferências	-	1.184	2.868	-	712	(1.323)	-	(3.485)	44	-	-
Baixas	-	-	(726)	-	-	(73)	-	-	(54)	-	(853)
Depreciação	-	(59.977)	(70.114)	(588)	(790)	(921)	114.059	-	-	-	(18.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	971	2.127.358	1.066.466	2.956	5.320	12.228	(2.771.609)	91.116	338.132	(399.892)	473.046
Adições	-	-	-	-	-	3.887	-	10.611	-	-	14.498
Transferências	-	21.344	12.431	-	14	(2.852)	(5.369)	(24.047)	(6.890)	5.369	-
Baixas	-	-	(9.713)	-	-	(523)	-	-	-	-	(10.237)
Depreciação	-	(60.420)	(68.990)	(540)	(840)	(947)	113.299	-	-	-	(18.438)
Reversão de provisão de perda de valor recuperável	-	-	-	-	-	-	340.326	-	-	-	340.326
Saldo em 31 de dezembro de 2021	971	2.088.282	1.000.194	2.416	4.494	11.793	(2.323.353)	77.680	331.242	(394.523)	799.196

A maior parte do saldo de ativo em andamento é o estoque de peças de reposição e sobressalente de máquinas e equipamentos, além de investimentos em projetos CAPEX. Cabe ressaltar ainda que o saldo da provisão para perda no valor recuperável dos ativos está relacionado a obra e equipamentos de projetos não concluídos do segmento têxtil da Companhia.

10.1. Valor recuperável do ativo - teste de "impairment"

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis em 31 de dezembro de 2021, a Companhia prioriza o emprego do valor em uso dos ativos (agrupados em UGCs) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; (iii) disposições legais tributárias atuais; e (iv) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital - "Weighted Average Cost of Capital - WACC" - pós-imposto, taxa média de câmbio (Real/Dólar), cujas estimativas são relevantes para o negócio da Companhia. As projeções relacionadas às premissas-chave derivam do orçamento e são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas.

A Administração considerou como UGC a planta industrial de PET e Filamentos (Citepe). A avaliação de recuperabilidade dos ativos em 2021, resultou em uma reversão parcial de provisão de perda do imobilizado constituída em anos anteriores em R\$340 milhões. Os fluxos de caixa futuros consideraram: horizonte de projeção de 06 (seis) anos (2021-2026), premissas e orçamentos das companhias; disposições legais tributárias atuais para débitos e créditos fiscais aplicadas e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 10,04% a.a. (13,04% a.a. em 2020), que deriva da metodologia do WACC para o setor petroquímico. O resultado desta reversão é decorrente de melhores resultados econômicos apresentado pela Companhia nos últimos anos, devido a acréscimo de volume de vendas, melhores margens, performance da unidade fabril entre outros fatores.

Em 2020 os estudos preliminares evidenciaram possível reversão, no entanto, não finalizados completamente, devido a cenários extraordinários de mercado e buscar melhor histórico de evolução do negócio, a Administração considerou para o exercício de 2020 não finalizar os testes de "impairment", realizando-os em 2021, com melhores dados históricos e avaliação dos devidos saldos dos ativos.

11. ATIVOS DE DIREITO DE USO

	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020	75	13.149	387	13.611
Adições para novos contratos	-	3.783	-	3.783
Amortização reconhecidas no exercício	(41)	(11.239)	(290)	(11.570)
Saldo final de 31 de dezembro de 2020	34	5.693	97	5.824
Adições para novos contratos (a)	81	79.580	-	79.661
Amortização reconhecidas no exercício	(44)	(11.278)	(97)	(11.419)
Saldo final de 31 de dezembro de 2021	71	73.995	-	74.066
Custo	194	107.395	580	107.395
Amortização acumulada	(123)	(33.400)	(580)	(34.103)
Saldo final de 31 de dezembro de 2021	71	73.995	-	74.066

Outras informações

Prazos dos contratos

	Taxa a.a.%
1 ano	9,27
2 anos	10,47
3 anos	11,15
4 anos	11,49
5 anos	11,82
Mais de 5 anos	12,44

a) A Companhia arrenda dentro dos critérios do CPC 06 (R2), os contratos de longo prazo (Acima de 12 meses) e que há controle do bem pelo direito de uso, sendo o principal deles o de armazenagem de matérias-primas.

12. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	126.327	70.847
Mercado externo	252.290	69.231
Partes relacionadas (nota explicativa nº 15)	593.229	327.583
Total	971.846	467.661

Encontram-se registrados em fornecedores, provisões de gastos incorridos na competência e que terão os correspondentes documentos fiscais emitidos no exercício social seguinte.

13. VALORES A PAGAR DE ARRENDAMENTO

	31/12/2021	31/12/2020
Movimentação do passivo de arrendamento		
Em 1º de janeiro de 2020		14.206
(+) Juros do exercício		928
(+) Adição de novos contratos		3.783
(-) Contraprestação paga		(12.945)
Em 31 de dezembro de 2020		5.972
(+) Juros do exercício		1.688
(+) Adição de novos contratos		79.531
(-) Contraprestação paga		(12.540)
Em 31 de dezembro de 2021		74.651

A Companhia arrenda dentro dos critérios do CPC 06 (R2), os contratos de longo prazo (Acima de 12 meses) e que há controle do bem pelo direito de uso, sendo o principal deles o de armazenagem de matérias-primas, veículos leves e móveis e utensílios da cozinha industrial. A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021		Total
	Valor nominal de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	
Até 01 ano	12.868	(5.312)	7.556



COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

Entre 01 e 02 anos		Entre 02 e 03 anos		Mais de 03 anos		31/12/2020		31/12/2021	
Valor nominal	Passivo	(-) AVP de Passivos	de arrendamento	Total	de arrendamento	Total	de arrendamento	Total	
19.846	(7.840)		12.006	12.006	19.595	(7.594)	12.001	12.001	
73.786	(30.698)		43.088	43.088	6.802	(830)	5.972	5.972	
126.095	(51.444)		74.651	74.651	6.802	(830)	5.972	5.972	
<p>A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, fiscais e cíveis.</p> <p>A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia, suportadas por opiniões de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais e administrativas pendentes, constituiu provisão para causas prováveis de pagamentos com ações tributárias, trabalhistas e cíveis em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso.</p> <p>Saldo em 01 de janeiro de 2020</p> <p>Adições, líquidas</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2020</p> <p>Adições, líquidas</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2021</p> <p>O valor referente a processo fiscal refere-se a cobrança de Imposto Sobre Serviços – ISS pela Prefeitura de Ipojuca que requer o pagamento de percentual de 5%. A Companhia efetua o recolhimento no percentual de 2% no período anterior à atual estrutura societária. Esse valor, caso se materialize, será reembolsado pela Petrobras S.A. conforme contrato firmado quando da aquisição da Companhia pelos atuais acionistas, conforme nota explicativa nº 9.</p> <p>O total das causas possíveis está exposto abaixo e amparados com base na opinião de seus consultores jurídicos, os processos com prognósticos de perda "possíveis" não são provisionados.</p> <p>O total das causas possíveis está exposto abaixo:</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>Trabalhista</p> <p>Fiscal</p> <p>Cível</p> <p>Total</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>14.039</p> <p>8.372</p> <p>69.987</p> <p>92.398</p> <p>19.545</p> <p>8.372</p> <p>95.054</p> <p>122.971</p>									
<p>20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</p> <p>2021</p> <p>2020</p> <p>Frete e carretos</p> <p>Serviços prestados</p> <p>Impostos e taxas portuárias</p> <p>Pessoal</p> <p>Arrendamentos de baixo valor e/ou curto prazo</p> <p>Movimentação interna e externa (armazenagem)</p> <p>Depreciação e amortização</p> <p>Perda e provisão de contingência</p> <p>Compartilhamento de despesas</p> <p>Subvenções e assistências governamentais (nota nº 25)</p> <p>Reversão de perda no valor recuperável de ativos</p> <p>Despesas de viagens</p> <p>Tributos recuperáveis</p> <p>Outros</p> <p>Total</p> <p>Despesas com vendas</p> <p>Despesas gerais e administrativas</p> <p>Reversão de perda no valor de recuperação de ativos</p> <p>Outras despesas operacionais, líquidas</p> <p>Total</p> <p>2021</p> <p>2020</p> <p>117.740</p> <p>15.911</p> <p>14.818</p> <p>10.125</p> <p>(564)</p> <p>(9.455)</p> <p>(3.599)</p> <p>(497)</p> <p>(11.759)</p> <p>102.247</p> <p>340.326</p> <p>(112)</p> <p>54.126</p> <p>(7.668)</p> <p>304.451</p> <p>(159.202)</p> <p>(37.493)</p> <p>340.326</p> <p>160.820</p> <p>340.451</p> <p>5.036</p> <p>668</p> <p>(18.358)</p> <p>34.376</p> <p>(3.382)</p> <p>18.340</p> <p>2.965</p> <p>995</p> <p>(6.163)</p> <p>52.316</p> <p>(1.792)</p> <p>48.321</p> <p>(56.805)</p> <p>(12.793)</p> <p>(10.184)</p> <p>(9.112)</p> <p>(4.487)</p> <p>(3.822)</p> <p>-</p> <p>(9.696)</p> <p>42.247</p> <p>-</p> <p>(111)</p> <p>-</p> <p>(6.475)</p> <p>(71.694)</p> <p>(90.201)</p> <p>(27.644)</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>46.151</p> <p>(71.694)</p>									
<p>14. OUTRAS CONTAS A PAGAR</p> <p>Provisões diversas</p> <p>Adiantamento de clientes</p> <p>Seguros a pagar</p> <p>Retenções contratuais</p> <p>Outras</p> <p>Total</p> <p>Circulante</p> <p>Não circulante</p> <p>Total</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>902</p> <p>391</p> <p>1.777</p> <p>730</p> <p>1.394</p> <p>5.155</p> <p>5.033</p> <p>122</p> <p>5.155</p> <p>22.402</p> <p>4.075</p> <p>425</p> <p>1.533</p> <p>1.394</p> <p>29.829</p> <p>29.829</p> <p>-</p> <p>29.829</p>									
<p>15. PARTES RELACIONADAS</p> <p>No ativo</p> <p>Por tipo de operação</p> <p>Cientes</p> <p>Material de embalagem</p> <p>Gastos compartilhados</p> <p>Energia elétrica</p> <p>Total do ativo circulante</p> <p>Por empresa</p> <p>Dak Americas LLC S.A.</p> <p>Dak Americas Argentina S.A.</p> <p>Akra Polyester S.A.</p> <p>Dak Americas México S.A.</p> <p>Companhia Petroquímica de Pernambuco -</p> <p>PetroquímicaSuape</p> <p>Total do ativo</p> <p>No passivo</p> <p>Por tipo de operação</p> <p>Fornecedores (nota explicativa nº 12)</p> <p>Gastos compartilhados, água, gás e cessão de mão de obra</p> <p>Total do passivo circulante</p> <p>Por empresa</p> <p>Akra Polyester S.A.</p> <p>Dak Americas Exterior, S.L.U.</p> <p>Dak Americas Argentina S.A.</p> <p>Dak Americas México S.A.</p> <p>Dak Americas Missipi – USA</p> <p>Dak Americas LLC – USA</p> <p>Tereftalatos Mexicanos</p> <p>Companhia Petroquímica de Pernambuco -</p> <p>PetroquímicaSuape</p> <p>Total do passivo</p> <p>No resultado</p> <p>Por tipo de operação</p> <p>Cessão de mão de obra</p> <p>Venda - PET</p> <p>Venda Imobilizado</p> <p>Venda Matéria-prima</p> <p>Venda Embalagem</p> <p>Custo de matéria-prima (PTA)</p> <p>Resultado financeiro</p> <p>Repasse de energia Elétrica</p> <p>Compartilhamento de despesas</p> <p>Água</p> <p>Gás natural</p> <p>Total do resultado</p> <p>Por empresa</p> <p>Companhia Petroquímica de Pernambuco -</p> <p>PetroquímicaSuape</p> <p>Dak Americas Argentina S.A.</p> <p>Dak Resinas Americas</p> <p>México S.A. de C.V.</p> <p>Dak Americas LLC – USA</p> <p>Dak Americas Missipi – USA</p> <p>Akra Monterrey S.A.</p> <p>Akra Polyester S.A.</p> <p>Tereftalatos Mexicanos</p> <p>Total do resultado</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>21.185</p> <p>10</p> <p>179</p> <p>5.878</p> <p>27.252</p> <p>-</p> <p>8.799</p> <p>179</p> <p>12.386</p> <p>5.888</p> <p>27.252</p> <p>593.240</p> <p>16.066</p> <p>609.306</p> <p>42.300</p> <p>11</p> <p>695</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>9.046</p> <p>9.058</p> <p>548.196</p> <p>609.306</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>593.240</p> <p>16.066</p> <p>609.306</p> <p>42.300</p> <p>11</p> <p>695</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>9.046</p> <p>9.058</p> <p>548.196</p> <p>609.306</p> <p>(10.885)</p> <p>133.268</p> <p>10.138</p> <p>2.644</p> <p>10</p> <p>(1.314.230)</p> <p>(416)</p> <p>44.149</p> <p>(11.759)</p> <p>1.189</p> <p>(10.894)</p> <p>(1.144.925)</p> <p>(1.129.788)</p> <p>10.971</p> <p>139.842</p> <p>406</p> <p>(254)</p> <p>-</p> <p>(130.677)</p> <p>(35.425)</p> <p>(1.144.925)</p> <p>(10.885)</p> <p>133.268</p> <p>10.138</p> <p>2.644</p> <p>10</p> <p>(1.314.230)</p> <p>(416)</p> <p>44.149</p> <p>(11.759)</p> <p>1.189</p> <p>(10.894)</p> <p>(1.144.925)</p> <p>(691.413)</p> <p>23.139</p> <p>84.051</p> <p>28.159</p> <p>274</p> <p>421</p> <p>(149.707)</p> <p>(609)</p> <p>(705.948)</p>									
<p>Os saldos com partes relacionadas decorrem das seguintes operações:</p> <p>- Companhia Petroquímica de Pernambuco - PetroquímicaSuape - compra de matéria-prima (PTA), reembolso de despesas compartilhadas (limpeza, segurança, viagens, cessão mão de obra, energia elétrica e outros) contratadas de forma comum às Companhias, utilidades e cessão de mão de obra.</p> <p>- Dak Americas Argentina S.A. - decorre da compra de matéria-prima (PTA). - Dak Americas México S.A. - decorre da venda de produto acabado (PET) e compra de matéria-prima (PTA).</p> <p>- Dak Americas LLC - USA - decorre da venda de produto acabado (PET) e compra de matéria-prima (PTA).</p> <p>- Dak Americas Missipi - USA - decorre da compra de matéria-prima (PTA).</p> <p>- Akra Polyester - decorre da compra de matéria-prima (PTA) e (POY).</p> <p>- Akra Monterrey S.A. - decorre da venda de ativo imobilizado.</p> <p>- Tereftalatos Mexicanos S.A de C.V. - decorre da compra de matéria-prima (PTA).</p> <p>- Dak Americas Exterior, S.L.U. - decorre taxas com serviço.</p>									
<p>Remuneração da Administração</p> <p>A remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante total no Complexo, em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$3.276 (R\$1.739 em 2020), contudo, a gestão do Complexo é centralizada e a remuneração paga ao pessoal-chave por seus serviços é efetuada pela PetroquímicaSuape e repassada proporcionalmente à Citepe, equivalente a 50% do montante, através do compartilhamento de gastos. Incluso nesta remuneração está a provisão para participação nos resultados referente ao desempenho obtido no exercício de 2021.</p>									
<p>16. PROVISÃO RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS</p> <p>Trabalhista</p> <p>Fiscal</p> <p>Cível</p> <p>Total</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>5.350</p> <p>12.666</p> <p>347</p> <p>18.363</p> <p>4.608</p> <p>11.933</p> <p>51</p> <p>16.592</p>									
<p>17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p> <p>a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social está composto por 3.045.929.233 ações ordinárias e sem valor nominal, representado por:</p> <p>Acções</p> <p>Capital Social</p> <p>DAK Americas Exterior, S.L.</p> <p>Alpek Polyester C.V. de C.V</p> <p>Total</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>3.045.624.640</p> <p>304.593</p> <p>3.045.929.233</p> <p>896.209</p> <p>90</p> <p>896.299</p> <p>Em 30 de julho de 2021 o acionista Grupo Petromex, S.A. de C.V alterou a razão social para Alpek Polyester, S.A. de C.V.</p> <p>Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou pagamento de juros sobre capital próprio.</p> <p>b) Reservas de lucros</p> <p>Reserva legal</p> <p>A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R\$41.793 em 31 de dezembro de 2021 (R\$9.474 em 31 de dezembro de 2020).</p> <p>Reserva lucros retidos</p> <p>A Administração decidiu em 2021, ad referendum de Assembleia Geral, destinar à conta de reserva de lucros o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$786.127, observando o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76 a ser deliberado pelos acionistas quando de assembleia geral.</p> <p>c) Lucro por ação</p> <p>O lucro básico e diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:</p> <p>Lucro líquido do exercício</p> <p>Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação</p> <p>Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$</p> <p>d) Dividendos</p> <p>Em 20 de dezembro de 2021 através de Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado alteração no Estatuto Social quanto ao percentual de dividendos mínimos obrigatórios, passando de 25% (vinte e cinco por cento) para 1% (um por cento).</p> <p>Desta forma, os acionistas terão direito, em cada exercício, a um dividendo obrigatório, que não poderá ser inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, devendo para efeito do pagamento da remuneração devida aos acionistas ser computado o valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, conforme apresentado a seguir:</p>									
<p>2021</p> <p>2020</p> <p>835.861</p> <p>189.482</p> <p>(41.793)</p> <p>(9.474)</p> <p>794.068</p> <p>180.008</p> <p>7.941</p> <p>45.002</p> <p>2021</p> <p>2020</p> <p>45.002</p> <p>8.865</p> <p>-</p> <p>7.941</p> <p>135.012</p> <p>(180.014)</p> <p>7.941</p> <p>45.002</p> <p>(i) Da constituição de reserva de lucros oriundas do exercício de 2020, em 1º de dezembro de 2021 a Companhia deliberou através da AGE destinou o valor de R\$135.012 para pagamento de dividendos adicionais.</p>									
<p>18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</p> <p>Venda de produtos acabados</p> <p>Impostos sobre vendas (ICMS, IPI, PIS e COFINS)</p> <p>Devoluções</p> <p>Vendas líquidas</p> <p>Mercado interno</p> <p>Mercado externo</p> <p>Total</p> <p>2021</p> <p>2020</p> <p>3.529.628</p> <p>(434.844)</p> <p>(209.448)</p> <p>2.885.336</p> <p>1.953.542</p> <p>931.794</p> <p>2.885.336</p> <p>1.879.607</p> <p>(216.970)</p> <p>(11.952)</p> <p>1.650.685</p> <p>1.020.612</p> <p>630.073</p> <p>1.650.685</p>									
<p>19. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS</p> <p>Matérias-primas e produtos químicos</p> <p>Pessoal</p> <p>Depreciação e amortização</p> <p>Armazenagem e transporte de insumos</p> <p>Utilidades (energia elétrica)</p> <p>2021</p> <p>2020</p> <p>(2.114.613)</p> <p>(29.943)</p> <p>(13.081)</p> <p>(15.415)</p> <p>(1.235.328)</p> <p>(25.425)</p> <p>(19.056)</p> <p>(19.107)</p>									
<p>21. RESULTADO FINANCEIRO</p> <p>Rendimentos de aplicação financeira</p> <p>Juros recebidos</p> <p>Descontos concedidos</p> <p>Variáveis cambiais e monetárias líquidas</p> <p>Outros</p> <p>Total</p> <p>2021</p> <p>2020</p> <p>5.036</p> <p>668</p> <p>(18.358)</p> <p>34.376</p> <p>(3.382)</p> <p>18.340</p>									
<p>22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</p> <p>A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas fiscais nominais combinadas e o valor dos tributos registrados no resultado estão apresentados a seguir:</p> <p>2021</p> <p>2020</p> <p>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</p> <p>Alíquota fiscal nominal combinada</p> <p>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal</p> <p>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</p> <p>Exclusões (adições) líquidas</p> <p>Reversão de perda estimada na recuperação de ativos</p> <p>Outras reversões e provisões</p> <p>Efeito fiscal de prejuízos fiscais não reconhecidos</p> <p>Efeito fiscal de utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente</p> <p>Imposto de renda e contribuição social no resultado</p> <p>Alíquota efetiva</p> <p>2021</p> <p>2020</p> <p>868.265</p> <p>34%</p> <p>(295.210)</p> <p>55.141</p> <p>115.711</p> <p>50.850</p> <p>-</p> <p>41.104</p> <p>(32.404)</p> <p>11%</p> <p>0%</p> <p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social de R\$2.722.401 (R\$2.859.413 em 31 de dezembro de 2020).</p> <p>A Companhia até o momento não reconhece o Imposto de renda diferido, decorrente do prejuízo fiscal tendo em vista que suas projeções não sinalizam lucro tributável.</p>									
<p>23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</p> <p>A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas "versus" condições vigentes no mercado.</p> <p>A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica, tampouco possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicação de caráter especulativo, sejam derivativos, sejam quaisquer outros ativos de risco.</p> <p>a) Classificação dos instrumentos financeiros</p> <p>Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data-base são os seguintes:</p> <p>Instrumentos financeiros</p> <p>Classificação</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>Caixa e equivalentes</p> <p>de caixa</p> <p>Aplicações</p> <p>Financeiras</p> <p>Contas a receber de clientes</p> <p>Outros</p> <p>créditos</p> <p>Fornecedores e outras contas a pagar</p> <p>Valores a pagar de arrendamento</p> <p>Total</p> <p>Valor justo</p> <p>Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:</p> <p>Valor de referência</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>Valor justo</p> <p>31/12/2021</p> <p>31/12/2020</p> <p>250.075</p> <p>292.620</p> <p>382.223</p> <p>-</p> <p>503.614</p> <p>265.856</p> <p>26.895</p> <p>18.513</p> <p>1.162.807</p> <p>576.989</p> <p>(976.879)</p> <p>(497.490)</p> <p>(74.651)</p> <p>(503.462)</p> <p>116.291</p> <p>73.527</p> <p>250.075</p> <p>292.620</p> <p>382.223</p> <p>-</p> <p>503.614</p> <p>265.856</p> <p>26.895</p> <p>18.513</p> <p>250.075</p> <p>292.620</p> <p>382.223</p> <p>-</p> <p>503.614</p> <p>265.856</p> <p>26.895</p> <p>18.513</p>									



Publicidade 29 06 2022

Código do documento dec9a693-486a-46da-965e-5ad5ed40dfa9



Assinaturas



DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Certificado Digital
contato@diariodepernambuco.com.br
Assinou

Eventos do documento

29 Jun 2022, 08:07:41

Documento dec9a693-486a-46da-965e-5ad5ed40dfa9 **criado** por CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL (37a5508e-3444-4cd3-85ad-2d1fa3cc47a4). Email: contato@diariodepernambuco.com.br. - DATE_ATOM: 2022-06-29T08:07:41-03:00

29 Jun 2022, 08:08:26

Assinaturas **iniciadas** por CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL (37a5508e-3444-4cd3-85ad-2d1fa3cc47a4). Email: contato@diariodepernambuco.com.br. - DATE_ATOM: 2022-06-29T08:08:26-03:00

29 Jun 2022, 08:09:27

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Assinou Email: contato@diariodepernambuco.com.br. IP: 189.1.9.67 (host-1-9-67.hotlink.com.br porta: 1126).
Dados do Certificado: CN=DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=17334115000115, OU=Presencial, L=Recife, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. -
DATE_ATOM: 2022-06-29T08:09:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6870dd4c35e774e56f1d69074866b52e59fd3efead0ccbd1905544b2f7fe6d43
(SHA512):0ca72c9cb4052a315543d69199e8647563559eab354e934c2817d811af697cb9dfb1fdf43580cfa9adb68f925bd968e99eef309d8827caca9df57b99f65ed007

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign